

RESENHA

Protagonismo estudantil e os desafios da democracia na escola

Resenha do livro Escola e democracia: entre políticas e práticas

Student protagonism and the challenges of democracy at school
Review of the book Escola e democracia: entre políticas e práticas
El protagonismo estudiantil y los desafíos de la democracia en la escuela
Reseña del libro Escola e democracia: entre políticas e Práticas

CATARINA CERQUEIRA DE FREITAS SANTOS¹

BOTLER, Alice Miriam Happ; NASCIMENTO, José Almir. **Escola e democracia: entre políticas e práticas**. Curitiba: Editora Appris, 2023. 147 p. ISBN 978-65-250-4666-2

Resumo: Trata-se da resenha do livro *Escola e democracia: entre políticas e práticas*, de autoria de Alice Botler e José Almir do Nascimento. A obra tem como objetivo analisar as potencialidades da escola na promoção do protagonismo infantoadolescente e toma como base epistemológica a discussão elaborada por Saviani em *Escola e democracia* para refletir sobre a produção de (novas) marginalidades. A partir de uma pesquisa realizada em escolas estaduais de Pernambuco, reflete sobre os dilemas e as contradições da qualidade da educação, da democracia e do protagonismo estudantil no campo educacional.

Palavras-chave: Democracia e educação, Qualidade da educação, Protagonismo estudantil.

Abstract: *This is a review of the book Escola e democracia: entre políticas e práticas (School and democracy: between politics and practices), written by Alice Botler and José Almir do Nascimento. The work aims to analyze the school's potential in promoting child and adolescent protagonism and takes as its epistemological basis the discussion elaborated by Saviani in School and democracy to reflect on the production of (new) marginalities. Based on research carried out in state schools in Pernambuco, it reflects on the dilemmas and contradictions of the quality of education, democracy and student protagonism in the educational field.*

Keywords: *Democracy and education, Quality of education, Student protagonism.*

1 ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5244-1946>. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Departamento de Políticas e Gestão da Educação, Centro de Educação, Recife, PE, Brasil.

Resumen: Esta es una reseña del libro *Escola e democracia: entre políticas e práticas* (Escuela y democracia: entre políticas y prácticas), escrito por Alice Botler y José Almir do Nascimento. El trabajo tiene como objetivo analizar el potencial de la escuela en la promoción del protagonismo infantil y adolescente y toma como base epistemológica la discusión elaborada por Saviani en *Escuela y democracia para reflexionar sobre la producción de (nuevas) marginalidades*. A partir de investigaciones realizadas en escuelas públicas de Pernambuco, reflexiona sobre los dilemas y contradicciones de la calidad de la educación, la democracia y el protagonismo estudiantil en el campo educativo.

Palabras clave: Democracia y educación, Calidad de educación, Protagonismo estudiantil.

Em meio ao avanço das políticas educacionais neoliberais e o acirramento das desigualdades escolares no contexto pós pandêmico, as discussões que versam sobre o direito à educação e a função social da escola pública tornaram-se cada vez mais caras para os pesquisadores do campo educacional e, principalmente, para os sujeitos da escola. Faz-se necessário repensar como estão ocorrendo os processos de participação e democratização da educação e, nesse caminho, a proposta do livro *Escola e democracia: entre políticas e práticas* parte da seguinte questão: “como construir novas cidadanias, estruturalmente inclusivas, dos sujeitos coletivos em torno dos valores, especialmente dos escolares *na* escola, com vistas ao enfrentamento de novas marginalidades?” (Botler; Nascimento, 2023, p. 22)

A obra em questão, escrita por Alice Botler, professora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e por José Almir do Nascimento, professor da Universidade de Pernambuco (UPE) é uma das produções desenvolvidas pelo Grupo de Estudos das Organizações Educativas (GEOE) que, desde 2012, tem refletido sobre questões referentes às relações entre as políticas educacionais e as práticas na escola. Em específico, foram divulgados os resultados de uma pesquisa realizada no período de 2019 a 2022 em escolas da rede estadual de Pernambuco que funcionam em tempo integral, denominadas como Escolas de Referência de Ensino Médio (EREM).

O livro está dividido em duas partes: a primeira, composta por dois capítulos sob o título *Escola e Democracia hoje*, apresenta os fundamentos teóricos epistemológicos que conduziram a pesquisa, em especial, há uma retomada do debate sobre marginalidade proposto por Saviani em sua obra clássica *Escola e Democracia*. Já a segunda parte, denominada *Entre Políticas e Práticas*, contempla três capítulos que revelam os achados da investigação realizada em duas escolas estaduais pernambucanas – uma na capital e outra no interior do estado.

Os autores partem dos dispositivos legais, como a Carta Magna de 1988, que estabeleceram a educação como direito social, bem como apresentam um conjunto de políticas e programas que, a partir da década de 1990, visaram materializar a garantia desse direito. Por outro lado, também descrevem que os princípios da Nova Gestão Pública, difundidos por meio da Reforma do Estado iniciada por Fernando Henrique Cardoso, pregaram a redução da atuação do Estado na promoção das políticas sociais,

afetando sobretudo as políticas educacionais. Ademais, entre os anos de 2016 e 2022, a privatização da educação no âmbito da concepção, da oferta, da gestão e do currículo ganhou força em meio a emergência de um conjunto de reformas neoliberais e do acirramento das disputas pelo fundo público pela filantropia de risco (Adrião; Domiciano, 2018).

É sob esse contexto que são descritas as políticas educacionais do estado de Pernambuco que adotam o modelo de gestão por resultados, tal qual o Programa de Educação Integral que deu subsídio à criação das Escolas de Referência em Ensino Médio (EREM). A estratégia de ampliação do tempo escolar assumida pelo EREM tem sido apontada como uma “solução” para alcançar um padrão de qualidade educacional associado aos indicadores de desempenho dos estudantes. No entanto, a política de *accountability* associada a esse padrão acaba por retroalimentar uma série de marginalidades no espaço escolar.

Esse panorama é fundamental para a mobilização dos argumentos em torno das contradições presentes na relação entre educação, democracia e marginalidade. Há quarenta anos, Saviani anunciava, seguindo a Teoria da Curvatura da Vara, que “[...] quanto mais se falou de democracia no interior da escola, menos democrática foi a escola, [...] quanto menos se falou em democracia, mais a escola esteve articulada com a construção de uma ordem democrática” (Saviani, 1999, p. 36). Os autores situam que todas as políticas educacionais contemporâneas fazem referência, ainda que indiretamente, à democracia, à inclusão social, bem como à garantia dos direitos atrelados ao acesso e à permanência na escola. Por outro lado, o que se percebe é “o seu oposto, uma vez que escolas reais não tornam plenamente efetivos os propósitos da política” (Botler; Nascimento, 2023, p. 43).

Nesse sentido, novas marginalidades são construídas por meio de um duplo movimento de exclusão: de maneira ativa, quando a própria instituição educativa assume um conjunto de comportamentos excludentes que visam adequar o ambiente para a melhoria das metas relativas às avaliações externas e, desse modo, acabam por afastar sujeitos que “corporificam o estigma da má qualidade” (Botler; Nascimento, 2023, p.38) e de maneira colateral, quando a performance calcada na competitividade acaba comprometendo a saúde mental e as relações interpessoais de estudantes, professores e gestores. Como efeito, a escola deixa de ser um espaço de construção dialógica, um espaço de solidariedade para se tornar um ambiente hostil e adoecedor.

Os projetos de exclusão, ativos ou colaterais, vinculam-se à violação de direitos de acesso e permanência dos estudantes. As famílias ou os estudantes não encontram razões para a permanência no sistema de ensino, seja por razões relativas às condições objetivas de existência – tais como a necessidade de buscar renda, ou por razões subjetivas associadas a aspectos psicossociais que afastam os estudantes da escola.

Em um contexto histórico social marcado por desigualdades, a implementação de escolas de tempo integral, no caso investigado, das EREMs, não pode ocorrer tendo por base o princípio da exclusividade e/ou seletividade. Ainda que haja a oferta de tempo integral, “escolas de tempo regular devem permanecer abertas enquanto houver estudantes que precisam trabalhar” (Botler; Nascimento, 2023, p. 130), principalmente considerando a realidade de muitos municípios brasileiros que possuem apenas uma única escola com a oferta de ensino médio.

No que se refere ao debate sobre democracia na escola e qualidade na educação, é endossada a polissemia das terminologias, que se relacionam aos diferentes projetos societários. Partindo da premissa de que a qualidade da educação deve ter como princípio a busca pela justiça social, a obra problematiza como as escolas lidam com as múltiplas demandas das políticas educacionais e, nesse sentido, estabelece um profícuo diálogo entre a macropolítica e a micropolítica escolar. Os capítulos que consubstanciam os achados da pesquisa de campo nas duas escolas são riquíssimos para o entendimento das tensões existentes, evidenciando que as políticas não são meramente implementadas: cada escola reage e constrói seus arranjos e respostas a partir da ação dos seus sujeitos coletivos.

Faz-se necessária destacar a clareza utilizada para apresentar as escolhas e o percurso metodológico adotados ao longo da pesquisa. Em especial porque a imersão no campo foi marcada pelo contexto pandêmico, impactando na forma de coletar os dados em uma das escolas analisadas. Os autores descreveram com minúcias as saídas encontradas, bem como, os desafios junto aos participantes. Nesse ponto, a obra cumpre um papel relevante de formação para novos pesquisadores que optarem por realizar estudos de campo em escolas públicas, bem como por analisar os dilemas da democracia no campo educacional.

Os resultados apontaram, através do relato dos professores, estudantes e gestores, para a existência de práticas escolares diferenciadas, com inovações pedagógicas e que estimulam a participação estudantil. Por outro lado, a veemência de um formato conteudista, baseado na pedagogia das competências que alicerça as avaliações externas, expressa uma perspectiva mais restritiva do papel da escola. Entre resistências, críticas e insubordinações a essa métrica de qualidade empresarial, professores denunciaram o excesso de trabalho, a pressão por resultados e a falta de condições infraestruturais.

No que concerne ao protagonismo estudantil, é notório que espaços de construção coletiva, a exemplo dos grêmios estudantis, têm perdido força em detrimento de uma visão de liderança estudantil mais individualizada e meritocrática. As análises indicaram que essa forma de protagonismo marcado por uma atuação tutelada e funcional visa responsabilizar os estudantes pelos alcances de metas estabelecidas pela Secretaria de Educação.

Por fim, como síntese, entre as políticas e práticas emergem as contradições. Contradições que muitas vezes já se apresentam nas proposições das políticas e outras que só são perceptíveis à luz da experiência dos sujeitos da escola. A escola segue sendo o lugar no qual a participação, o protagonismo estudantil, a autonomia docente, enfim a própria ideia de qualidade educacional segue em disputa. Ainda que outros trabalhos já tenham explorado teoricamente essa assertiva, a potência que a leitura do livro oferece é a de possibilitar por meio de um exame crítico da prática, uma reflexão sobre os desafios e, sobretudo, sobre os caminhos para a promoção da justiça social e da democracia na escola pública.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa.; DOMICIANO, Cassia Alessandra, A Educação Pública e as Corporações: avanços e contradições em uma década de ampliação de investimento no Brasil. **FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação**, [S. L.], v. 8, 2018. DOI: 10.17648/fineduca-2236-5907-v8-79084. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/79084> Acesso em: 20 abr. 2024

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 32 ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

SOBRE OS AUTORES

Catarina Cerqueira de Freitas Santos

Professora do Departamento de Políticas e Gestão da Educação do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia (2023), mestre em Ciências Sociais (2014) e licenciada em História pela Universidade Federal da Bahia (2009) e em Pedagogia pela Estácio (2022). É vice líder do GEPPOLE - Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais da Universidade Federal da Bahia (UFBA). É pesquisadora colaboradora do Coletivo Redes - grupo de estudos e pesquisa vinculado à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

E-mail: catarina.csantos@ufpe.br

Recebido em: 05/06/2024

Aprovado em: 10/06/2024